

Apresentação

É com satisfação que apresentamos o dossiê “*A descolonização dos saberes e as Ciências Sociais: diálogos entre continentes*” à revista *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Este dossiê temático resulta de uma parceria estabelecida no contexto de um estágio pós-doutoral realizado por Angela Ernestina C. de Brito no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC). Este estágio pós-doutoral decorreu nos anos de 2019 a 2020 tendo sido orientado, primeiro, pela Professora Dr.^a Marta Araújo e pelo Professor Dr. Bruno Sena Martins, coordenadores de estudos.

A elaboração do presente dossiê, que se faz constituído por oito (8) textos, dentre os quais se congregam diferentes subáreas das Ciências Sociais e Humanas, resulta em muito da disciplina *Produção de conhecimento e a linha abissal*, ministrada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no 2º semestre de 2020. Em razão ao período pandêmico, a disciplina passou a ser ministrada em formato remoto e contou com a participação de professores nacionais e internacionais do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

No decorrer da disciplina, as participações dos docentes foram realizadas em formato de palestras e oficinas com temáticas selecionadas referente ao momento histórico em que os envolvidos no ambiente socioacadêmico se encontravam – a pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2 (pertencente à família dos coronavírus e causador da doença infecciosa Covid-19). As atividades da disciplina foram gravadas, transcritas e sistematizadas, resultando na elaboração de artigos científicos para a publicação deste dossiê.

O longo tempo colonial que definiu o *sistema-mundo moderno*, encetado pela expansão ultramarina europeia no final do século XV, permanece até hoje e bem vivo nas sociedades contemporâneas não obstante os processos independentistas anticoloniais, marcaram os séculos XIX e XX. Esta persistência manifestase mormente em duas dimensões: primeiro, na continuada situação de subalternidade e precariedade dos descendentes de populações outrora colonizadas nos diferentes lugares do mundo; segundo, na relação de interdependência econômica que, bem ao contrário do que as teorias desenvolvimentistas alegam, faz da existência de uma oposição entre Norte e Sul, o centro e a periferia, o local e o global, uma condição para as lógicas de acumulação do neoliberalismo.

Tanto a subalternidade como a interdependência econômica promovem um quadro epistemológico que, continuamente, desqualifica experiências e saberes das populações que foram objeto da dominação colonial. Podemos falar, assim, de pujantes legados coloniais, ou mesmo, usando a linguagem de Ann Laura Stoler (2008, p. 16) “de formações imperiais”. A noção de formações imperiais pretende colocar o enfoque seja nos matizes que a dominação imperial sempre assume, seja nas muitas ruínas – heranças coloniais – as quais permanecem vivas no presente e assombram o futuro (STOLER, 2008, p. 194).

Distinguímos o colonialismo enquanto processo político e militar – largamente destituído pelas lutas anticoloniais – do colonialismo como a marca histórica deixada pelo encontro colonial. Sendo estes conceitos uma relação de dominação cultural, econômica e política, que se perpetuou, noutros termos, no período pós-colonial sob a forma a qual podemos designar por *colonialidade* (QUIJANO, 1992). A permanência dos legados coloniais expressa-se, por exemplo, no imenso desafio colocado à justiça social às pessoas negras e afrodescendentes, cujas vidas, pouco por todo o mundo, seguem fortemente marcadas pelas violências do racismo e pelas desigualdades econômicas e sociais.

Muitos desastres do passado, carregados daquilo a que Veena Das chama “violência aniquiladora de mundo” (DAS, 2007, p. 8), ficaram praticamente confinados nos mundos locais das memórias daqueles e daquelas que lhes sobreviveram. Em tempos recentes, com o impacto da Covid-19 na saúde pública mundial, assistimos ao espectro de um desastre materializado na suspensão da ordem das coisas, nas doenças, mortes, estados de emergência, quarentenas, confinamentos, fecho de fronteiras, serviços mínimos, e na proliferação de alertas máximos. O sentimento de vulnerabilidade partilhada então vivido, enredados na crise encetada pelo coronavírus, interroga-nos, também, sobre os limites da nossa memória para democratizarmos o nosso passado, descolonizando as hierarquias raciais, coloniais e patriarcais que definem o que é alheio e definirmos um estado de alerta que tenha a conta a justiça histórica. O tempo colonial e as suas violências colocam-nos perante as inúmeras histórias de fim do mundo, histórias há muito testemunhadas por aqueles e aquelas para quem a Covid-19 foi apenas mais um episódio de uma continuada exposição à desigual distribuição da precariedade.

Os artigos publicados neste dossiê, que nos ajudam a refletir sobre a descolonização de memórias, saberes e realidades do presente, apresentam-se a seguir:

Para a primeira amostra, contempla-se o artigo científico das autoras Joselina da Silva e Maria Simone Euclides, cujas pesquisadoras discutem a *Autoetnografia feminista negra dialogada: referência de epistemologias possíveis*. No manuscrito, as autoras usam a autoetnografia enquanto proposta teórica, analítica e metodológica de pesquisa para falar de racismo, sexismo e outras formas de opressão sofridas por pessoas negras, sobretudo, no âmbito da Educação.

O primeiro texto apresenta o recorte autoetnográfico discutido por mulheres negras, professoras e doutoras que atuam em universidades públicas federais, sendo essa estratégia orientada pelo pensamento pós-colonial com uma discussão sobre o estudo crítico do cotidiano, em contraponto aos modelos teórico-metodológicos funcionalistas, que implicam como vetor de decolonização. Ademais, o texto apresenta o recorte autoetnográfico das próprias autoras do artigo – mulheres negras, professoras concursadas em universidades federais falando delas mesmas.

Nessa perspectiva, o primeiro texto trata da autoetnografia que se pode considerar como uma ferramenta importante na luta contra as diferentes formas de dominação, haja vista que as pesquisadoras negras sempre foram excluídas dos espaços acadêmicos, da docência universitária e da pesquisa. Logo, falar sobre o racismo, preconceito e discriminação ajuda compreender os mecanismos que limitam a inserção das mulheres negras na academia e na ciência, fator este o qual contribui para desconstrução de uma epistemologia eurocentrada e desmantelando o racismo institucional.

O próximo artigo, *Aproximações do pensamento de Achille Mbembe a partir da obra Crítica da Razão Negra*, de Margarida Cássia Campos, traz ao debate os pontos centrais de *Crítica da Razão Negra* e evidencia o denominado pensamento em travessia e em circulação, defendido por Achille Mbembe. Por meio de uma leitura cuidadosa da obra *Crítica da Razão Negra*, Margarida Cássia Campos sistematizou as ideias principais e a organização do texto, resultando na contextualização de percepções de mundo eurocentradas e no esforço em ofertar novos olhares decoloniais, em especial, para a compreensão socioespacial do continente africano.

Ainda referente ao segundo manuscrito, a autora apresenta questões fundamentais em torno da reflexão sobre como o eurocentrismo configura-se como um conjunto de epistemologias de autoenclausuramento e autocontemplação. Já que a visão eurocêntrica não reconhece e desmerece outras formas de conhecimento que não lhe são aceitáveis.

Luci Helena Silva Martins apresenta, em *Teoria crítica e sociedade civil: rumo à democratização*, questões acerca dos profissionais das áreas de Humanas e do Serviço Social, nas quais explana, com uma análise decolonial, sobre as influências de diferentes matrizes sociológicas sobre o campo social, em que a teoria crítica, a cultura e a política emergem como atores relacionais. A discussão evidencia a reação de uma sociedade conservadora, com seus conteúdos complexos, que emolduram e neutralizam as experiências e saberes das populações que foram objeto da dominação colonial, ora permitindo emergir atores, nomeando a questão social, ora solicitando um quadro epistemológico.

Em *Posse versus poder: as terras indígenas e a geração de conflitos*, os autores Nicole Stephanie Florentino de Sousa Carvalho, Antônio Jackson Alcântara Frota, Gil Célio de Castro Cardoso explanam sobre a relação estabelecida entre ‘posse’ e ‘poder’, além de contemplar no bojo das indagações sociais as hierarquias presentes no contexto das terras indígenas brasileiras, sendo o Brasil como causa geradora, devido a sua extensão territorial, para os conflitos. A importante discussão descortina as consecutivas ameaças aos direitos constitucionais dos povos indígenas, que vêm sofrendo em virtude da supervalorização da produção em prol dos interesses mercadológicos latifundiários.

Em *Direito à convivência familiar e comunitária: interseccionalidades na destituição do poder familiar*, a revisão de literatura descreve a destituição do poder familiar no Brasil com embasamento teórico-crítico e interseccional. As autoras Samira Safadi Bastos, Elvira Simões Barreto, Vanderlay Santana Reina, Andréa Cardello, Ana Cláudia do Carmo Nascimento, Jamille de Santana Souza discutem a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, tendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como referência normativa e a destituição do poder familiar no Brasil, bem como os seus respectivos desdobramentos, as motivações para a adoção de uma política pública eficiente.

Ascísio dos Reis Pereira discute no artigo *Metodologias alternativas: aproximações entre Paulo Freire e as epistemologias do Sul, características e interfaces possíveis*, a problematização da educação em contexto dialógico. O texto científico ocupa-se em pensar a educação libertadora e emancipatória sob a luz do pensamento de Freire com as epistemologias do Sul em uma perspectiva crítica, que caminha através da ecologia dos saberes e da sociologia das ausências, dentro dos diálogos Sul/Sul.

As epistemologias percorridas no manuscrito de Ascísio dos Reis Pereira desafiam as epistemologias dominantes, por fazer-se crucial a tarefa de identificar e discutir a validade dos reconhecimentos e dos modos de pensar não reconhecidos como tal pelas epistemologias dominantes. A discussão do autor prioriza as epistemologias que incidem em processos cognitivos relacionados ao significado, justificação e orientação na luta contra a opressão.

No sétimo artigo, as autoras Luana Rosário e Bianca Barbosa, por meio do título: *Aborto: uma análise de gênero do voto do ministro Luís Roberto Barroso no Habeas Corpus 124.306/RJ à luz do colonialismo*, analisam se a decisão concreta no Habeas Corpus 124.306/RJ vocaliza reivindicações de mulheres e sugere uma chance de reconhecimento da inconstitucionalidade do discurso proibicionista legalizado. A concepção epistêmica centra-se na ecologia dos saberes, que toma o objeto de estudo em sua complexidade, cuja compreensão demanda a conjugação de saberes metodológicos.

Referente ao artigo citado, a metodologia aproxima os estudos acerca do gênero do feminismo aplicado nas diretrizes à luz da Análise do Discurso. A técnica de pesquisa de natureza documental, a partir da consulta do voto do ministro do Supremo Tribunal Federal, levanta informações disponíveis em *site*, bibliográficas, e marco teórico a servir de parâmetro de análise. Posto isso, a temática contribui

para a discussão e ruptura quanto ao paradigma hegemônico da maternidade compulsória e da própria afirmação da mulher enquanto ser humano, definido pela capacidade de fazer escolhas, em que se revela a concepção colonizatória que a sociedade patriarcal tem acerca da mulher e, especificamente, de seu corpo, que, no contexto discorrido, está submetido às regras do patriarcado.

Para encerrar as temáticas norteadoras difundidas no dossiê, apresentamos o artigo *Epistemologias do Sul e Saúde Coletiva: diálogos sobre Saúde da População Negra no cenário brasileiro*, cuja autora Winnie Samanú Lopes dialoga e contextualiza o porquê das reivindicações e atuação frente às negligências em torno da saúde da população negra no cenário pré e pós-abolicionista. A historicidade descrita no artigo comunga com os ideários e ações que constituíram o Movimento Brasileiro de Reforma Sanitária sob a perspectiva histórica de consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos apontamentos dos movimentos sociais negros, além das normativas internacionais de acesso à saúde como direito fundamental, que expõe a importância das discussões sobre raça, racismo e saúde para o fortalecimento das ações empreendidas em prol de um SUS equânime.

Concluimos esta apresentação agradecendo a Professora Dr.^a e Coordenadora da revista *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Dircel Aparecida Kailer, a Professora Ma. Kauana Scabori, os autores e autoras, que confiaram seus trabalhos científicos à revista *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, e aos pareceristas, pelas avaliações que contribuíram para a qualidade dos artigos publicados. De igual modo, nossos agradecimentos fazem-se direcionados aos colegas que compõem o corpo editorial, à Juliana Márcia que colaborou com os encaminhamentos e procedimentos técnicos desta obra e, por conseguinte, dedicou tempo na sistematização das experiências que foram, aqui, citadas.

Angela Ernestina C. de Brito
Bruno Sena Martins
Kauana Scabori

Referências

- DAS, V. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidade. *Perú Indígena*, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.
- STOLER, A. L. Imperial debris: reflections on ruins and ruination. *Cultural Anthropology*, v. 23, n. 2, p. 16-194, 2008.